

**NOTA TÉCNICA - PROPOSTA DE ENUNCIADO Nº 62 – III JORNADA INSTITUCIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Proposta de Enunciado nº 62/2025: A verificação de presença de violência psicológica contra a mulher no âmbito doméstico pode ser feita através da aplicação do Instrumento para Avaliação de Violência Psicológica – IAVP, não apenas pelos equipamentos da rede de enfrentamento ou pela Polícia Civil, podendo ser aplicado no âmbito do Ministério Público, e, ainda, o IAVP pode servir de guia para a inquirição da mulher pelo promotor de justiça em audiências judiciais, no juízo criminal ou na vara de Família.

I. Fundamentação

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições institucionais, vem, por meio da presente Nota Técnica, manifestar-se quanto à Proposta de Enunciado nº 62/2025, submetida à Jornada Institucional de Enunciados do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução GPGJ nº 2.491/2022.

A proposta tem como finalidade orientar, informar e fomentar que os membros do Ministério Público, na sua atuação ministerial, no tocante à identificação e à prova da violência psicológica praticada contra a mulher no contexto das relações domésticas e familiares, adotem o Instrumento para Avaliação de Violência Psicológica (IAVP).

O referido instrumento foi construído por um grupo de trabalho, sob a coordenação da Promotora de Justiça Valéria Scarance, do MPRS, e da Psicóloga forense Karen Netto. O GT foi integrado por profissionais do Direito, Psicologia e Psiquiatria. Após quase três anos de trabalho, o Grupo construiu de forma interdisciplinar o Instrumento de Avaliação de Violência Psicológica. Além disso, o instrumento passou pela análise de especialistas, durante o ano de 2024, tendo sido realizado um painel virtual com a presença de representantes das seguintes instituições: CNJ, CNMP, COCEVID, COPEVID, FONAVID, COMITÊ CEDAW e CLADEM

A violência psicológica, prevista no art. 7º, III, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e tipificada no art. 147-B do Código Penal, consiste em condutas que causem dano emocional à mulher e que visem controlar seus comportamentos, crenças ou decisões, por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento ou qualquer outra forma de coerção. Apesar de expressamente reconhecida na legislação, a caracterização dessa forma de violência ainda representa um desafio no sistema de justiça, dada sua natureza subjetiva e a ausência de sinais físicos imediatos.

Nesse cenário, o IAVP surge como instrumento técnico de avaliação padronizada, desenvolvido a partir de metodologia interdisciplinar entre as áreas do Direito, da Psicologia e da Psiquiatria, com o objetivo de auxiliar profissionais na identificação de condutas e efeitos típicos da violência psicológica. Sua aplicação permite conferir objetividade e rigor técnico à análise dos fatos, promovendo maior segurança e consistência na formação da prova e na fundamentação das medidas de proteção.

O instrumento é composto por duas seções complementares: uma voltada à identificação de comportamentos abusivos compatíveis com o tipo penal, e outra destinada à aferição dos danos e impactos emocionais sofridos pela vítima. Essa estrutura possibilita uma abordagem integral do fenômeno, permitindo correlacionar as ações do agressor com os efeitos psicológicos concretos sobre a mulher.

A utilização do IAVP no âmbito do Ministério Público representa avanço relevante na qualificação da atuação institucional, tanto na fase investigativa, quanto nas manifestações em juízo. Sua aplicação pode ocorrer em procedimentos extrajudiciais, inquéritos ou audiências, inclusive como guia para a inquirição da vítima, assegurando uma escuta estruturada, respeitosa e coerente com os parâmetros da Lei Maria da Penha e com a Recomendação nº 33/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que orienta a adoção de práticas de escuta qualificada e humanizada.

Além disso, a utilização do IAVP não se restringe aos órgãos da rede de enfrentamento ou à Polícia Civil. O Ministério Público, como instituição essencial à justiça e responsável pela tutela dos direitos fundamentais das mulheres, possui legitimidade e atribuição para empregar ferramentas técnicas que aperfeiçoem sua atuação probatória e protetiva. O uso do instrumento reforça o dever estatal de devida diligência na prevenção, investigação e punição da violência de gênero, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção de Belém do Pará ([Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher](#)).

A adoção do IAVP como parâmetro técnico nas investigações e audiências, seja nas varas criminais, seja nas varas de família, contribui para padronizar a coleta de informações, reduzir a subjetividade das avaliações e fortalecer a proteção da vítima, ao mesmo tempo em que confere maior robustez e credibilidade às manifestações ministeriais.

Portanto, o enunciado proposto não apenas legitima a utilização do instrumento no âmbito do Ministério Público, mas também estimula a integração entre os diversos órgãos da rede de proteção, assegurando uniformidade de critérios, qualificação técnica e maior efetividade na resposta estatal à violência psicológica.

II. Conclusão

Diante do exposto, este Centro de Apoio Operacional manifesta-se favoravelmente à aprovação da Proposta de Enunciado nº 62/2025, reconhecendo a importância do Instrumento para Avaliação de Violência Psicológica (IAVP) como ferramenta técnica e interdisciplinar de grande relevância para o enfrentamento da violência psicológica contra a mulher.

O enunciado reafirma a possibilidade e a conveniência de sua utilização pelo Ministério Público, não apenas como meio de verificação e registro de condutas abusivas, mas também como guia para a condução de entrevistas e inquirições em audiências, contribuindo para uma escuta mais sensível, técnica e protetiva.

Trata-se, portanto, de medida que fortalece a atuação institucional do Ministério Público no combate à violência doméstica e familiar, aprimora a produção de provas, qualifica a análise jurídica dos casos e concretiza o dever de diligência reforçada do Estado na prevenção, investigação e punição de todas as formas de violência contra a mulher.

CRISTIANE BRANQUINHO LUCAS

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
das Promotorias de Justiça Cíveis
e de Tutela Coletiva da Pessoa com Deficiência

VIVIANE ALVES SANTOS SILVA

Subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional
das Promotorias de Justiça Cíveis
e de Tutela Coletiva da Pessoa com Deficiência